

Mulher:

# Encontros & vivência

## Contribuição crítica

LÉLIA FERREIRA \*  
LINDA BULIK \*\*

1. *Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas*, Organizadoras: Maria Cristina A. Bruschini e Fúlvia Rosemberg. Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. S. Paulo: Livraria Brasiliense Editora S/A., 1980.

2. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Número Especial, "A Mulher Hoje", nº. 26, vol. III, nº. 8, S. Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1980.

Encerrando o ano de 1980, o mercado do livro viu surgirem duas publicações dedicadas ao estudo da mulher: o número especial da Revista *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Vivência*. A importância destes dois lançamentos exigiria uma resenha crítica completa de cada um deles. Porém, dadas as diferenças de abordagem e complexidade do tema, optou-se por introduzir resumidamente o número especial de *Encontros* e dedicar maior espaço à *Vivência*, inclusive porque todos os ensaios deste último provêm de resultados de pesquisas.

Ambas as publicações são compostas de

trabalhos tão relevantes quanto polêmicos — daí oferecerem imediato interesse aos estudiosos da questão feminina no Brasil. Por esta mesma razão, constituem-se em leitura obrigatória também para o público em geral. Enquanto *Vivência* é composta de oito ensaios agrupados em torno de três temas principais (história, imagem e sexualidade femininas), os *Encontros* revestem-se de caráter mais amplo, fornecendo uma gama extensa de temas, incluindo textos já clássicos como o de Maurice Godelier<sup>1</sup> e outros voltados para a sexualidade, teoria marxista sobre a mulher, imagem feminina, mulher e psicanálise, a mulher perante a lei, aborto, controle de natalidade, etc.

Nestes *Encontros*, há que se fazer referência a dois artigos, resultados de pesquisas empíricas: um deles, de autoria de Dominique Ridley-Leigh<sup>2</sup>, discute o papel desempenhado pelas mulheres na migração e as diferentes estratégias de sobrevivência, contando com o apoio da rede de parentesco, que elas desenvolvem; o outro, de Cláudia Fonseca<sup>3</sup>, resulta de um estudo de caso desenvolvido numa comunidade de trabalhadoras sem terra, na cidade de Pato de Minas, Minas Gerais. Há que se mencionar, aqui, também as belas ilustrações de Virgínia Artigas: completam a revista e ao mesmo tempo conferem-lhe plasticidade comunicativa.

---

(\*) Lélia Ferreira — doutoranda em Sociologia na Universidade de Londres.

(\*\*) Linda Bulik — Departamento de Comunicação e Artes do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina.

## ANTECEDENTES

O estudo e conhecimento das questões relativas à mulher brasileira só recentemente vêm chamando a atenção dos cientistas sociais e alguns estudiosos de outras áreas. É a partir da década de 70, mais precisamente a partir de 1975 — proclamado pela ONU, Ano Internacional da Mulher —, que começam a surgir movimentos de ação e reflexões sobre a problemática feminina no Brasil. Seria injusto, entretanto, esquecer alguns trabalhos pioneiros anteriores, sobretudo aqueles que focalizam a mulher não mais somente como parte das relações de parentesco, porém dentro de um contexto mais amplo, entre os quais convém lembrar o artigo de Eva Alterman Blay, em 1967,<sup>4</sup> e a tese de doutorado de Heleith Iara Bongiovani Saffioti defendida em 1967<sup>5</sup>.

A partir dos anos 70, surgem, no Brasil, vários movimentos, grupos de estudo e até cursos como parte de programas de pós-graduação em Antropologia<sup>6</sup>, que procuram colocar e responder questões extremamente relevantes, antes relegadas a uma minoria especializada. Por outro lado, agências internacionais (como a OIT, FAO, ONU) inauguram programas de financiamentos de projetos destinados ao estudo da mulher e começam a dirigir seus interesses para questões de âmbito internacional, relativas a problemas populacionais, emprego, oferta de alimentos e ao tema mais geral da contribuição da mulher para o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo.

Acompanhando as diversas tentativas dirigidas para o melhor conhecimento da problemática feminina, a Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, com o apoio financeiro da Fundação Ford, inicia, em 1978, um Programa de Dotações Para Pesquisa Sobre A Mulher. Essa instituição, conhecida por seus trabalhos de pesquisa na área educacional, passou também a constituir um grupo de estudos sobre a mulher; vem organizando uma Biblioteca básica sobre o assunto, em sua sede, na capital paulista; e dando início a publicações importantes, como o número especial de seu *Caderno de Pesquisas*<sup>7</sup> e os volumes I e II da primeira *Bibliografia Anotada e Comentada sobre a Mulher Brasileira*<sup>8</sup>. Neste contexto, *Vivência* aparece como a continuação do interesse em melhor conhecer a mulher brasileira: produto de alguns trabalhos aprovados no 1º Concurso de Dotações Para Pesquisa Sobre A Mulher Brasileira, em 1978. Conforme prometido pelas organizadoras, a este se seguirá o volume II, versando sobre Mulher Brasileira e Trabalho.

## VIVÊNCIA

Apesar de não possuir um fio condutor, que forneça uma idéia linear dos problemas levantados, em seu conjunto, *Vivência* parece propor a necessidade de um melhor conhecimento da realidade objetiva e da história da mulher enquanto ser social. De modo geral, todos os ensaios propõem reflexões importantes: convidam, de certa forma, a mulher a exercer uma ação direta sobre sua vida, através do conhecimento mais profundo de questões pertinentes ao ser feminino e estimulam a mudança. Neste sentido, constitui-se em leitura obrigatória.

A concentração dos ensaios em três temas (imagem, história e sexualidade) ganha o sentido de alertar o leitor para estes aspectos, ao mesmo tempo em que produz uma sensação de complementaridade. Sendo cada trabalho produto de enfoques específicos, tanto teóricos quanto metodológicos, não poderia deixar de haver uma conseqüente heterogeneidade de abordagem. Seria interessante, no entanto, que todos os ensaios apresentassem um certo rigor metodológico e fornecessem as informações básicas que qualquer pesquisa deve oferecer, para situar o leitor no universo pesquisado, na época em que os dados foram colhidos, como foram obtidos, qual o local em que foi efetuada a pesquisa, etc. Tal postura contribuiria também para uma avaliação mais acurada do valor científico dos resultados e conclusões apresentados. Este procedimento evitaria o perigo de se falar em sexualidade da mulher em geral, quando a pesquisa sobre o assunto pode ter sido feita na Zona Sul do Rio de Janeiro, com uma amostra talvez não representativa do universo, escolhida não se sabe por qual método. Pelo menos, dois ensaios não fornecem claramente sua metodologia: o de Cynthia Sarti e Maria Quartim de Moraes<sup>9</sup> e o de Branca Moreira Alves et alii<sup>10</sup>.

Um outro aspecto da coletânea, que poderia ter sido evitado, é uma certa repetição do tema relacionado à imagem da mulher apresentada pelas revistas e pelos jornais. Apesar de enfoques diferentes e em si mesmo válidos, um dos textos, talvez, poderia ter sido substituído e ceder lugar a um outro que focalizasse a imagem da mulher brasileira, tal como fornecida pela TV ou mesmo as transformações ocorridas com as heroínas de telenovelas. Salvo engano, em 1978, foi aprovado um projeto que propunha o estudo deste tema.

Por outro lado, uma ausência sentida foi aquela relacionada com a análise de anúncios contidos nos jornais e revistas estudados. De fato, a publicidade só foi levemente mencionada pelas

autoras dos dois ensaios referentes à imagem da mulher, tal como veiculada pelos meios de comunicação. É sabido o quão importantes são as propagandas na formação ideológica e no controle social. Sobre este assunto, veja-se Anne-Marie Dardigna<sup>11</sup> e Erving Goffman<sup>12</sup>. Para se ter uma noção da importância quantitativa da publicidade em duas revistas analisadas em *Vivência* (*Cláudia* e *Nova*), é só fazer um estudo e verificar que cerca de 60% de seu conteúdo é composto de anúncios. A título de exemplo, analisando a revista *Nova*, número 75, de dezembro de 1979, com 173 páginas, encontraram-se 68 publicidades contra 30 artigos e seções; examinando a *Cláudia*, nº. 219, de novembro de 1979, com 355 páginas, encontram-se 152 publicidades contra 42 artigos.

## IMAGENS

Como os meios de comunicação estudados (jornais, revistas, cinema) vêem e vendem a imagem da mulher brasileira? Que temas consideram como de interesse feminino? Propõem soluções para o que consideram problemas? Quais as mensagens veiculadas impostas pelos *mídia*? De que forma manipulam as leitoras ao oferecerem a imagem da "mulher ideal"? Receitas culinárias + receitas de beleza + conselhos sobre comportamento sexual = supermulher infalível? A Mulher-Claudia versus Mulher-Nova: quais são as diferenças? Até que ponto as revistas ditas "femininas" reproduzem e legitimam os preconceitos e a discriminação contra o "segundo sexo"?

Estas são algumas das questões discutidas por Sarti e Moraes bem como por Telma Camargo da Silva<sup>13</sup>. As primeiras realizam uma análise crítica das revistas *Claudia*, *Nova* e *Carícia*. *Cláudia*, visando à dona de casa/esposa/mãe de poder aquisitivo mais alto ou as "rainhas do lar" burguês; *Nova*, dirigindo-se mais à mulher que trabalha fora, casada, solteira, separada, desquitada, com idéias independentes; e *Carícia* destinando-se a leitoras adolescentes (de 15 a 19 anos), usa uma linguagem supostamente corrente entre esta faixa de idade.

Sarti e Moraes, analisando cada revista e seu público em particular, fornecem interessante material para estudo e reflexão, particularmente no que se refere à ideologia veiculada por tais periódicos: eles induzem e reforçam a imagem da "mulher ideal", conforme concebida pela sociedade de consumo, ou seja, a de dona-de-casa/mãe/esposa dedicada. E a opção para a mulher mais moderna, que estapola esse modelo, seria vencer na carreira, porém, sempre utilizando os instrumentos de sedução, pois, afinal, a razão *per se* é considera-

da por esta sociedade como atributo tipicamente masculino.

Outro aspecto abordado pelas autoras refere-se à maneira como estas revistas vêem o trabalho remunerado feminino: *Claudia* o apresenta como uma questão secundária: *Nova* sugere o trabalho enquanto atividade de "colaboração ao orçamento familiar", isto é, de complementação. Ambas reforçam as profissões "próprias" para a mulher, como magistério, enfermagem, relações públicas, etc. Tais publicações, ainda segundo as autoras, inculcam a idéia do trabalho feminino visto não como atividade produtiva, porém como instrumento de ascensão social, induzindo ao consumismo.

Convém mencionar, aqui, um possível erro de tradução ou interpretação, no ensaio de Sarti e Moraes, quando, na página 36, citam Nancy Chodorow<sup>14</sup>, que, ao discutir a noção de maternidade "falou no desejo da mulher de *modernizar* (*desire to mother*)". Ora, a tradução literal do Inglês para o Português poderia ser, talvez, "desejo de ser mãe", ou de "proceder como mãe em relação a alguém", mas jamais *modernizar*, como utilizado no texto. Erro de revisão? Ou as autoras estariam criando um novo termo? Mas então o mais próximo, a título de sugestão, seria o neologismo "maternizar".

• • •

Investigando a imprensa alternativa (jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) e uma revista da chamada "grande imprensa" (*Nova*), no período de 1975 a 1977, Telma Camargo da Silva debate o discurso feminino e suas implicações sócio-culturais. Ao iniciar seu ensaio, ela coloca a questão da "diversidade discursiva subordinada diretamente ao posicionamento do *medium*, quanto ao aceitar ou não a interferência do capital estrangeiro, na sustentação econômica de suas publicações" (pág. 94). Não resta dúvida que o comprometimento de uma boa parte da "grande imprensa" com o capital estrangeiro torna-a dependente dos interesses da classe dominante. Interesse esse que logicamente só poderia reproduzir o discurso do Poder. Em seguida, a autora estabelece uma oposição entre os *suportes* da "grande imprensa" (publicidade, por exemplo) e os *suportes* da "imprensa alternativa" (venda avulsa por simpatizantes é um deles) e sua relação com os diversos veiculados por estes dois tipos de imprensa. Corroborando isto, a pesquisa revela algumas páginas adiante, que a revista *Nova* retrataria a imagem da mulher tal como a sociedade de consumo capitalista a vê, isto é, através de valores padronizados, seja de mulher ideal, seja de objeto de desejo... A linguagem de suas publicida-

des e artigos não apresenta diferença quanto ao sujeito ao qual se dirige, homem e/ou mulher, pois é através do pronome coloquial "você" que se dirige ao público leitor. Com isto, de certa forma, padroniza o "consumidor", pois, o que importa é fornecer um modelo e assegurar sua validade e aceitação. Já *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* argumentam não mais em torno da manipulação do pronome "você", porém, ao questionar a realidade da sociedade capitalista, veiculam uma informação transmitida clara e diretamente pelo pronome "ela", isto é, a mulher — público a que se destinam. Este escorregar do pronome "você" para o pronome "ela" não deixa de ter relação com o tipo de *suporte* (capital envolvido, por exemplo). Por outro lado, não ficou clara a asserção da autora sobre *sujeitos-suportes* (pág. 95), acompanhada de uma nota de rodapé, citação de Régine Robin, designando por tal expressão "a individualidade biológica dos indivíduos". Não se entende muito bem qual a relação de tal conceito com o exposto anterior e posteriormente.

Na pág. 98, quando Silva cita Luce Irigaray e Hélène Cixoux, que estudam e defendem o *discurso da diferença* entre homem/mulher, não deixa claro qual a sua postura em relação ao assunto: simples constatação ou "dever ser"? Em outras palavras, Telma da Silva limita-se a constatar a oposição entre o *discurso racional*, científico, do saber articulado pelo homem, *versus* o *discurso espontâneo*, a-científico, sensível, da mulher, ou implicitamente, como as autoras citadas no livro, Telma defende tais diferenças como um "dever ser", um *parti-pris*? Se, por um lado, em nível de pura constatação, não há como não estar de acordo, pois tais diferenças se fundamentam no real, de outro, não se pode advogar, como Irigaray e Cixoux, o discurso da diferença, sob pena de abrir um fosso cada vez maior nas relações homem/mulher. Defender o discurso da diferença é correr o risco de fazer o jogo da sociedade de falocrata.

Deve-se, ao contrário, respeitando-se as especificidades da dimensão do ser homem e mulher, aprofundar, através da *práxis*, a política que conduziria provavelmente à descoberta de um universo novo e que implicaria numa luta comum contra a opressão do sistema de que ambos são vítimas. Esse discurso da diferença, na verdade, deve ser visto no contexto de uma sociedade de classes, patriarcal, onde o homem domina os sistemas de pensamento porque, em última análise, sempre foram elaborados por ele num processo em que a mulher ficou de fora. Conseqüentemente, o discurso desta tende a fugir dos esquemas racionalistas e dos arcaísmos de pensamento articulado pelo sexo

masculino. No entanto, isso não deve ser visto de forma estanque, mas à luz da sociedade de classes e também das relações entre saber e poder. Pois, quando a mulher galga posições de liderança e de poder, ela passa, como forma de vencer na sociedade dominada pelo homem, a assumir o discurso do saber articulado. Vide os exemplos de Margaret Thatcher, Golda Meir, Indira Gandhi, Mme. Bandaranaike, na política...

Já adentrando no *corpus* da pesquisa, tem-se, segundo Silva, que as diversas imagens que a sociedade faz sobre a mulher seriam elaboradas e transmitidas pelos meios de comunicação de massa. Conhecer essas imagens é, em última análise, conhecer as características do discurso feminino, tal como apresentando por esses *media*. Três fatores foram considerados para a delimitação da amostra: a) o destinatário do *medium*, isto é, a mulher; b) a diversidade do sujeito-suporte, ou seja, homem/mulher; c) a seleção de temas: mulher/trabalho e mulher/política. Ainda, como parte de sua metodologia, a autora escolheu oito artigos para constituir o *corpus* a ser analisado, levando também em consideração: a) a base econômica das publicações (se conta ou não com capital estrangeiro); b) a circulação (*Nova* circula em vários países enquanto *BM/NM* eram vendidos principalmente "a operárias e intelectuais brasileiros"); c) o tipo de publicidade (*Nova* possui um discurso publicitário manipulador, enquanto *BM/NM* são mantidos somente pela venda a grupos de apoio, em bancas, em universidades, etc.).

Há que se ressaltar a habilidade da autora em dividir seu material de trabalho em "grande imprensa" e "imprensa alternativa", ao invés de imprensa feminista e feminina. Mesmo porque o jornal *Brasil Mulher* nunca assumiu claramente uma postura feminista, ao contrário de *Nós Mulheres* que, desde o primeiro dia, desfraldou a bandeira. Um senão: o número de artigos, que constitui o *corpus* da pesquisa, é muito pequeno para estabelecer a dimensão total do problema vislumbrado pela autora.

Em se tratando de discurso e de suas implicações ideológicas veiculadas pelos *media*, não teria sido melhor, ao invés da oposição estabelecida pela autora entre *discurso argumentativo* versus *discurso concluído*, ter usado a oposição, sustentada desde Aristóteles e retomada por Umberto Eco, entre *discurso persuasivo* versus *discurso aberto*?<sup>15</sup>

Finalmente, cabe salientar que a bibliografia, aliás de excelente nível, deveria se limitar às obras realmente citadas no texto, não havendo necessidade de desfilar a relação de publicações que

provavelmente a autora consultou, mas não utilizou no presente trabalho.

• • •

Um trabalho interessante é o de Elice Numerato e Maria Helena Darcy de Oliveira<sup>16</sup>, que mostra as representações das personagens femininas no cinema brasileiro, através do estudo de 16 filmes dirigidos e/ou produzidos por mulheres, a partir dos anos 30 (com Cléo de Verberena) até o final da década de 70 (com as produções de Ana Carolina, por exemplo), passando por outras figuras importantes, como Gilda de Abreu, nas décadas de 40/50. Segundo as autoras, o ensaio se constituiu em uma "nova interpretação do discurso cinematográfico, traduzida numa releitura do cinema sob uma ótica feminista (...) o que permite revelar as formas de representação, e, conseqüentemente, os modelos de comportamento feminino veiculados por esse meio de comunicação" (pág. 59).

Numerato e Oliveira realizam um trabalho inovador (publicado também no número especial dos *Encontros*, mencionado no início) não só pela sistematização de uma série de questionamentos sobre o sexismo no cinema brasileiro, como também pelas análises que oferecem, mostrando que, apesar da participação de mulheres na direção e montagem de filmes, permanece a dualidade homem/mulher a perpetuar a divisão dos papéis sexuais. Os anos 70, cujo balanço cinematográfico revela mudanças quantitativas e qualitativas relevantes (as feministas começam, nessa década, a trabalhar no ramo), não inovaram em nada a problemática da oposição homem/mulher.

Ao estudarem as personagens femininas no cinema, as autoras fazem um histórico de 16 dos 20 filmes realizados, no Brasil, por mulheres e centram a análise dessa filmografia no tratamento dispensado pelas diretoras e/ou produtoras à situação do "segundo sexo", a partir de três itens, que provavelmente foram escolhidos por razão de metodologia: triângulo, casais e trabalho.

## HISTÓRIA

Os ensaios versando sobre alguns aspectos da história da mulher brasileira são de grande interesse, particularmente o de Ilana W. Novinsky<sup>17</sup> e o de Pedro Maia Soares<sup>18</sup>. Este aborda os primórdios do feminismo no Rio Grande do Sul, ressaltando-se a sua modéstia ao apresentar o ensaio como não tendo nada de científico no que apresenta: "trata-se de uma seleção mais ou menos arbitrária dos fatos, textos e pessoas, ditada pela

minha simpatia por estas *senhoras*, que alteavam suas vozes pelo continente dos machos" (pág. 121). Soares nos apresenta essas "senhoras", talvez desconhecidas da maioria das pessoas: a autora do primeiro livro de poesias publicado no Rio Grande do Sul; a primeira jornalista gaúcha a defender a participação da mulher no debate político, bem como a igualdade entre os sexos; a primeira mulher, no RS, a defender em público o sexo feminino contra "as injustiças cometidas pelos homens contra as mulheres" (pág. 138); e outras, que chegaram, naquele Estado, a editar jornais: o semanário *Escrevão*, tendo por lema "Pela Mulher"; o periódico *Corymbo*, editado por duas irmãs, durante 60 anos, ainda que com algumas interrupções e transformado "numa caixa de ressonância do movimento feminista brasileiro" (pág. 146).

• • •

A história do "divórcio" — termo corrente no período colonial, preferido à "separação" — constituiu a pesquisa histórica realizada por Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>19</sup>, nos arquivos episcopais da Cúria Metropolitana de São Paulo. Ela analisou 88 dos 240 processos de "divórcio no período de 1700 a 1822". A autora faz constatações interessantes: no caso de separações amigáveis, por exemplo, eram sempre as mulheres que tomavam a iniciativa de se dirigir ao Vigário Geral, solicitando o "divórcio". As causas mais comuns eram sevícia e adultério.

• • •

Miriam L. Moreira Leite<sup>20</sup> analisa "as condições de vida da mulher brasileira, através dos livros de viagens de autoras européias, que aportaram no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX" (pág. 195). A autora selecionou 80 dos 153 livros de viagens levantados para esse período. Destes 80, cinco tinham sido escritos por mulheres. E é sobretudo nestes cinco que ela centra o seu ensaio.

Não se pode dizer — afirma Moreira Leite — que "a contribuição das viajantes, para a compreensão da mulher encontrada no Rio de Janeiro, tenha sido maior ou diferente da dos viajantes. O número de autoras é muito reduzido e suas obras dificilmente podem ser caracterizadas como feministas. Contudo, as autoras contribuem para a história da mulher no século XIX com um testemunho duplo: as reflexões sobre a sua condição de mulher européia e as reflexões sobre a mulher brasileira" (pág. 196).

Seu estudo mostra que a mulher brasileira era geralmente pensada como sendo a branca rica ou a escrava, não se considerando a branca pobre, a mulata, a cabocla... Os livros de viagens atestam dois estereótipos sobre os costumes das brasileiras, no século passado: a reclusão e a religiosidade. Reclusão, que encontrou formas de serem burladas através das festividades religiosas.

• • •

Um dos melhores ensaios de coletânea é o de Ilana W. Novinsky<sup>17</sup>, que tece reflexões e levanta hipóteses de trabalho sobre a mulher no Brasil Colonial, em um estudo minucioso das *denúncias* e *confissões* feitas e arrancadas pelas visitações inquisitoriais, nos Estados da Bahia e Pernambuco, entre 1591 e 1681. Através de documentos da Inquisição, a autora mostra como a sexualidade feminina "era vivida e como tais acusações e confissões eram instrumentos de coação e controle social" (pág. 227).

Novinsky selecionou, para estudo, o núcleo de documentação inquisitorial, que relata as práticas sexuais e idéias divergentes da ortodoxia da Igreja (sodomia, bigamia, feitiçaria, etc.). Seu interesse é "conhecer de perto a vivência das mulheres nessa época e região, na medida em que sua identidade sexual e social determinava suas práticas e representações, assim como as relações sociais por elas vividas" (pág. 227).

Neste contexto, foram escolhidas as documentações referentes a mulheres que pertenciam à camada intermediária da população, isto é, as mulheres "livres, brancas e mestiças, e se localizam socialmente através de seus maridos, pequenos comerciantes, artesãos, pequenos funcionários reais ou trabalhadores das lavouras" (pág. 228). A autora mostra a importância da ação do clero junto à Igreja a qual vigiava e controlava a população através da "defesa dos preceitos religiosos e cristãos" (pág. 228) contra abusos, crenças divergentes, etc.

Poder-se-ia pensar que fosse pequena a participação feminina nos processos da Inquisição. Não. A autora revela que 11,49% das mulheres, que viviam na Região Nordeste, nesse período estudado, estiveram envolvidas com o Santo Ofício. As acusações mais frequentes pesando contra elas eram: idéias judaizantes e práticas sexuais condenadas pela Igreja. Novinsky mostra também que a existência de solidariedade e amizade entre as mulheres restringia-se a participantes da mesma camada social. Segundo a autora, o mundo colonial, predominantemente masculino, de difícil acesso às mulheres, possibilitou a elas criarem um *mundo feminino*, expresso nos laços de solidariedade com

amigas e parentes, "nos expedientes alternativos de esperança, num poder informal e difuso, manifestos nos feitiços e feitiçarias" (pág. 236).

Através do estudo desses documentos históricos, Ilana Novinski reporta-se ao fato de que os homens se utilizavam de acusações de bigamia contra as mulheres, a fim de fazerem frente aos rivais ou afirmar lealdade com companheiros; por seu turno, as mulheres viam o casamento *como uma relação de força*, havendo casos de grande violência, e há notícias "de homens que matavam suas mulheres, alegando motivos de honra, e conseguiram sair impunes desse crime" (pág. 241).

## SEXUALIDADE

O ensaio de Branca Moreira Alves<sup>10</sup> et alii sobre a sexualidade feminina parece ser o resultado de pesquisa empírica realizada pelas autoras, no Rio de Janeiro. Infelizmente, não fornecem nenhuma informação sobre o universo pesquisado, nem a camada social a que pertencem as mulheres entrevistadas, nem o local onde a pesquisa foi efetuada. Pode-se supor que os dados tenham sido coletados no Rio de Janeiro ou em qualquer outro Estado. Assim, fica à imaginação dos leitores situar a que população pertencem essas mulheres, sobre as quais conclusões importantes são apresentadas.

Seria muito simplista generalizar ou falar sobre sexualidade feminina, fornecendo apenas pseudônimos, profissão e idade de algumas entrevistadas. É bem verdade que em nenhum momento mencionam "mulher carioca" ou "mulher brasileira". Utilizam apenas o termo "mulher", geralmente limitando-se a dizer "mulheres entrevistadas", o que não exime as autoras do perigo da generalização excessiva.

Afora essas restrições, o ensaio em si oferece material para algumas reflexões e encerra questões de real interesse para posteriores aprofundamentos.

O trabalho focaliza as principais fases da evolução do corpo feminino: infância, menarca, maturidade e menopausa. Segundo as autoras, o desconhecimento e a subestimação da própria sexualidade são os elementos que mais se manifestaram nas entrevistas por elas efetuadas, estando relacionados à "representação social da mulher, em que todo um conjunto ideológico é acionado para reforçar os estereótipos de pureza e submissão" (pág. 257). Estereótipos esses assimilados através do processo de socialização da mulher em que esta aceita como sendo "naturais", inerentes ao seu sexo, as características de "tímida", "passiva", "fiel", "doce", "dependente", etc. — cul-

tural e ideologicamente condicionadas através de séculos de opressão, sem que disso a maioria tenha tomado consciência. Dessa forma, o desconhecimento ou ignorância é um dos elementos ideológicos a modelar a identidade feminina, vivenciada na realidade objetiva, através de "sentimentos de medo, solidão, vergonha, conformismo, passividade, insegurança..." (pág. 257), que conduzem o ser feminino a internalizar uma atitude de sujeição.

Segundo as autoras, "é o desconhecimento, expressão da "pureza", que aprisiona a mulher a formas de auto-apresentação caracterizadas pelo sentimento de inferioridade" (pág. 257). Esse desconhecimento sobre a sexualidade é encarado pelas próprias mulheres como sendo *positivo*, à medida em que tal ignorância é geralmente associada à pureza — característica valorizada pela sociedade patriarcal —, como parte da condição feminina. Alves *et alii* apontam ainda o desconhecimento como sendo gerador de silêncio feminino sobre o assunto e responsável pela transmissão de um modelo de conformismo, pois as mulheres são incapazes de questionar e até mesmo de falar naturalmente sobre sua sexualidade.

Silêncio e desconhecimento geram uma suposta contradição com o papel social atribuído à mulher: o exercício da reprodução. Por conseguinte, não seria paradoxal esse desconhecimento do corpo e de sua própria sexualidade? Alves *et alii* respondem afirmativamente à questão dizendo que "o ocultamento da sexualidade, a carga de tabus, preconceitos, restrições e regras de conduta que a acompanham formam uma verdadeira *estratégia do silêncio*, meio pelo qual a sociedade exerce controle sobre o corpo da mulher" (pág. 259). Esse controle e poder exercidos pela sociedade sobre a sexualidade feminina materializam-se na dicotomia pureza x impureza. A negação do prazer à mulher.

### CONCLUSÃO

A coletânea de ensaios organizada por Maria Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg — *Vivência* —, bem como o número especial dos *Encontros com a Civilização Brasileira* representam uma contribuição importante no árido panorama de livros nacionais, sobre a problemática feminina. Ampliam horizontes e convidam a uma volta ao cerne da questão com perspectiva crítica: quem somos nós, mulheres brasileiras?

### NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 — GODELIER, M. "As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina" (traduzido por M.C. Rangel de Paula, do livro (obra coletiva) *La Condition feminine*. Paris, Editions Sociales, 1978.
- 2 — RIDLEY-LEIGH, D., "Mulheres e migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro. 26(8) : 209-222, v. III.
- 3 — FONSECA, C., "Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do Trabalho feminino no campo". *Encontros...* p. 73-187.
- 4 — BLAY, E.A. "A participação da mulher na indústria paulista", *América Latina*, vol. 10, nº. 1, janeiro-março, 1967.
- 5 — SAFFIOTI, H.I.B., "Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias", Araraquara, S.P., Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP 1967; publicada pela Editora Quatro Artes, S. Paulo, em 1969, com o título "*A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, e em inglês, em 1979, *Women and Capitalism*.
- 6 — O mais conhecido é o do PPGAS (programa de Pós-graduação em Antropologia Social) do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, mais recentemente, outro, ministrado no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas Sociais do Rio de Janeiro).
- 7 — Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisas*, nº. 15, 1975.
- 8 — Fundação Carlos Chagas, *Bibliografia Anotada e Comentada sobre a Mulher Brasileira*, vol. I, 1978; *Bibliografia Anotada e Comentada sobre a Mulher Brasileira*, vol. II, 1979.
- 9 — SARTI, C. e MORAES, M.O., "Aí a porca torce o rabo", p. 19-57. in *Vivência. (História, Sexualidade e imagens femininas)*. S. Paulo, Brasiliense. 1980.
- 10 — ALVES B.M. *et alii*, "Sexualidade e desconhecimento: a negação do saber", p. 257-288 in *Vivência...*
- 11 — DARDIGNA, A.M., *La presse "feminine" — fonction ideologique*, Paris, Maspero, 1978.
- 12 — GOFFMAN, E. *Gender Advertisements*, Londres, MacMillan Press Ltd., 1979.
- 13 — SILVA, T.C. da, "A especificidade da argumentação feminina face às determinações culturais", p. 93-119. in *Vivência...*

- 14 – CHODOROV, N., *The reproduction of mothering*, University of California Press, 1978.
- 15 – Sobre a questão, consultar por exemplo, Umberto Eco, *Obra Aberta*, S. Paulo, Editora Perspectiva, Coleção Debater nº. 4, p. 279-284.
- 16 – NUMERATO, E. e OLIVEIRA, M.H.D. de “As Musas da Matinê”, p. 59-91. in *Vivência...*
- 17 – NOVINSKY, I.W., “Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o Nordeste Brasileiro nos séculos XVI e XVII)”, p. 227-255. in *Vivência...*
- 18 – SOARES, P.M., “Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945), p. 121-150. in *Vivência...*
- 19 – SILVA, M.B.N., da “O divórcio na Capitania de São Paulo, p. 151-194. in *Vivência...*
- 20 – LEITE, M.M., “A dupla documentação sobre mulheres no livro das viagens (1800-1850), p. 195-226. in *Vivência...*